



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Relatório

Empregabilidade e percursos de inserção profissional dos licenciados em Economia da Universidade do Minho: 1995-2006*

Carla Sá
Departamento de Economia, UM

* Nas fases de envio do inquérito e de construção da base de dados em formato electrónico contámos com a colaboração da então secretária do Departamento de Economia, Eulália Pinto, e da aluna da Licenciatura em Economia, Sara Veloso, a quem gostaria de agradecer. Gostaria ainda de agradecer a alguns colegas do Departamento de Economia, Carlos Costa, Fernando Alexandre, Orlando Petiz e Rosa Branca Esteves, pelos comentários relativamente à elaboração do questionário e a uma versão anterior deste relatório, que em muito contribuíram para um melhor resultado final. Qualquer erro ou imprecisão são da minha inteira responsabilidade.

Índice

1. Inquérito aos licenciados em Economia da UM	
1.1. Introdução	3
1.2. A Licenciatura em Economia da Universidade do Minho	4
1.3. Justificação e objectivos do inquérito	4
1.4. Notas metodológicas	5
1.5. Estrutura do relatório	6
2. Perfil dos licenciados	
2.1. Caracterização sócio-demográfica	7
2.2. Entrada na universidade	8
3. Percurso escolar e formação pós-licenciatura	
3.1. Licenciatura	10
3.2. Formação específica após a licenciatura	11
4. Percurso profissional	
4.1. Entrada no mercado de trabalho	12
4.2. Situação actual dos licenciados no mercado de trabalho	18
5. Ligação entre a licenciatura e o mercado de trabalho	20
6. Considerações finais	21
Referências	22

1. Inquérito aos licenciados em Economia da UM

1.1. Introdução

Nas últimas décadas, o sector do ensino superior português tem sofrido importantes alterações. Uma das mais significativas terá sido o aumento substancial do número de estudantes a frequentar o ensino superior. Os alunos são na actualidade provenientes de uma grande diversidade de grupos sócio-económicos e culturais, o que transformou a composição dos alunos a frequentar o ensino superior, tornando-a mais heterogénea. Para além disso, a crescente oferta de licenciados tem originado fortes pressões no mercado de trabalho, onde a obtenção de um diploma deixou de ser condição suficiente para uma inserção profissional rápida e uma carreira profissional de sucesso.

As alterações do lado da procura de ensino superior têm sido acompanhadas de outras mudanças do lado da oferta. As oportunidades de frequentar o ensino superior expandiram-se quer pelo aumento de vagas disponíveis nas escolas públicas, quer pela proliferação de instituições de ensino superior privado e cooperativo. Assim, a grande questão já não é tanto a de ir (ou não) para o ensino superior, mas antes a de perceber onde é que os estudantes optam por fazer os seus cursos.

Neste contexto, as instituições de ensino superior têm sido forçadas a avaliar os seus cursos relativamente à qualidade e adequação da formação oferecida. Qualquer esforço para avaliar o sucesso de uma licenciatura passa pela avaliação da qualidade da transição dos seus licenciados para o mercado de trabalho. O conhecimento da situação actual e das experiências no mercado de trabalho dos licenciados, acompanhada da avaliação que esses licenciados fazem da formação que receberam, constituem factores-chave a que as universidades podem e devem atender, numa altura em que proliferam as discussões internas sobre a reestruturação das licenciaturas no âmbito do processo de Bolonha. Foi, pois, neste contexto, que a Direcção do Departamento de Economia, em conjunto com a Direcção da Licenciatura em Economia, lançaram o primeiro inquérito aos seus licenciados, no ano lectivo em que se comemoraram os 10 anos da Licenciatura em Economia. A colaboração de todos aqueles que responderam ao questionário foi extremamente importante e contribuirá certamente, num futuro próximo, para reforçar a licenciatura em Economia da UM.

1.2. A Licenciatura em Economia da Universidade do Minho

A Licenciatura em Economia da Universidade do Minho entrou em funcionamento no ano lectivo de 1995/96, após ter sido criada pela resolução SU-34/94. Dois objectivos centrais têm estado sempre presentes desde a sua criação: (i) dotar os futuros economistas dos instrumentos teóricos e técnicos fundamentais, que garantam a capacidade de adaptação necessária ao seu sucesso profissional; (ii) contribuir para o desenvolvimento da sua formação social e humana, através de uma melhor compreensão do mundo e dos problemas económicos e sociais que o afectam.

No ano de 2004 a licenciatura foi alvo de avaliação externa por parte do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNAVES), no contexto da qual obteve a classificação de Muito Bom. A licenciatura foi avaliada em catorze itens, tendo obtido um Excelente (A), doze Muito Bons (B) e um Bom (C). Deste processo de avaliação externa, assim como do processo de auto-avaliação que a antecedeu, resultaram importantes reflexões que, no ano lectivo seguinte, viriam a nortear a reestruturação da licenciatura e a sua adequação ao processo de Bolonha. O presente ano lectivo (2006/07) marca, assim, a entrada em funcionamento da licenciatura num formato adequado aos princípios da Declaração de Bolonha. O novo plano de estudos, baseado num sistema de desenvolvimento de competências, está organizado em três anos lectivos, ao longo dos quais os alunos serão dotados de uma formação sólida nos domínios da Ciência Económica, da Teoria e Política Económica, dos Métodos Quantitativos e da Economia Aplicada.

1.3. Justificação e objectivos do inquérito

Toda a informação relativa ao sucesso dos licenciados no mercado de trabalho assume um lugar central nas preocupações dos responsáveis pela Licenciatura em Economia da UM. Por isso, elaborámos um questionário para ser enviado a todos os licenciados. O principal objectivo deste inquérito é, assim, avaliar a qualidade da formação fornecida e a ligação entre a licenciatura em Economia da UM e as exigências do mercado de trabalho.

Este objectivo genérico subdivide-se, no entanto, numa série de objectivos/linhas de análise mais específicos. Assim, com este inquérito pretende-se: (i) caracterizar o aluno tipo de Economia da Universidade do Minho; (ii) caracterizar as trajectórias profissionais

dos licenciados, comparando a situação do primeiro emprego com a do emprego actual; (iii) analisar a avaliação que fazem da formação recebida na UM e da sua importância para a inserção no mercado de trabalho; (iv) perceber as necessidades de formação posterior por parte destes licenciados.

De forma a conciliar todos estes objectivos, o inquérito foi organizado em cinco partes, cada uma com diversas questões, sobre: (a) a licenciatura e formação posterior; (b) a entrada no mercado de trabalho; (c) a situação actual do ex-aluno no mercado de trabalho; (d) a ligação entre a licenciatura e o mercado de trabalho; e (e) dados pessoais. Cada uma destas partes será analisada de forma detalhada nas secções 2 a 5 deste relatório.

1.4. Notas metodológicas

No que respeita à operacionalização do inquérito, no mês de Abril de 2006, os questionários foram enviados por correio a 431 licenciados, número que corresponde ao total de alunos licenciados em Economia pela Universidade do Minho, desde a sua criação até ao ano lectivo 2004/05, inclusive. Destes, foram recebidos, também via postal, 127 questionários preenchidos, todos considerados válidos, o que corresponde a uma taxa de resposta de cerca de 29.5%. O número de respostas não se distribui uniformemente pelos anos de conclusão da licenciatura, tal como consta da Tabela 1.

Da análise da Tabela 1 ressalta um aspecto curioso relativamente à evolução do número de licenciados: há um salto importante na passagem do ano lectivo 2000/01 para o ano de 2001/02, mantendo-se, a partir daí, em níveis mais elevados que os atingidos anteriormente, apesar de baixar relativamente a esse “pico”.

Tabela 1: Número de licenciados e taxa de participação no inquérito, por ano lectivo de conclusão da licenciatura

Ano lectivo de conclusão da licenciatura	Número de licenciados	Número de respondentes	Taxa de participação no inquérito
1998/99	46	15	32.6%
1999/00	53	16	30.2%
2000/01	48	14	29.2%
2001/02	80	19	23.8%
2002/03	61	15	24.6%
2003/04	73	24	32.9%
2004/05	70	24	34.3%
Total	431	127	29.5%

A elevada taxa de resposta ao inquérito permitiu-nos reunir um conjunto considerável de informação relevante que será explorada ao longo do presente relatório, com recurso a medidas de estatística descritiva.

1.5. Estrutura do relatório

Este relatório está organizado do seguinte modo. Na segunda secção é traçado o perfil dos licenciados em Economia da UM, quer em termos sócio-demográficos (2.1), quer em termos da sua entrada na universidade (2.2). A Secção 3 é dedicada à análise da formação recebida na UM (3.1), assim como às necessidades sentidas em termos de formação posterior (3.2). O percurso profissional dos licenciados é analisado na Secção 4. A análise terá duas componentes principais. O primeiro emprego e as condições de entrada no mercado de trabalho são estudados em primeiro lugar (4.1), sendo depois comparados com as condições do emprego actual (4.2), para os casos em que houve mudança de emprego. Na Secção 5 é avaliada a ligação entre a licenciatura e o mercado de trabalho. O relatório termina com algumas considerações gerais a apresentar na Secção 6, onde são apresentadas algumas linhas orientadoras de acções futuras, assim como possíveis áreas específicas a desenvolver.

2. Perfil dos licenciados

2.1. Caracterização sócio-demográfica

Quando nos debruçamos sobre as questões que dizem respeito a aspectos sócio-demográficos, destaca-se imediatamente o facto de cerca de 41% dos participantes no inquérito serem homens, o que, no entanto, reflecte a própria natureza da população-alvo deste estudo. Apesar de, no seu conjunto, a amostra traduzir a estrutura da população de alunos por sexos, quando a comparação é feita por ano de término da licenciatura, nem sempre tal semelhança se verifica.

Todos os inquiridos possuem nacionalidade portuguesa. Destes, 15.1% são casados, com filhos em apenas 4.8% dos casos. À data do inquérito, cerca de 96% dos inquiridos tinham idades que vão desde os 22 aos 29 anos de idade.

No que respeita ao contexto sócio-económico de origem dos licenciados, os dados mostram uma composição relativamente heterogénea. Cerca de 34% dos indivíduos cresceram no seio de famílias onde nenhum dos pais estudou para além da 4^a classe. Apenas cerca de 18% destes licenciados provêm de famílias onde o ensino secundário é o grau de escolaridade obtido por pelo menos um dos pais, valor que coincide com a percentagem de licenciados provenientes de famílias onde pelo menos um dos pais possui um diploma de ensino superior. A maior parte dos pais trabalham a tempo inteiro e por conta de outrem. Este facto assume particular relevo no contexto das análises sociológicas, onde o nível social dos pais, em particular, a sua formação académica, é tido como um factor capaz de, não só influenciar o percurso académico dos filhos, como também de os dotar de recursos e relações que podem facilitar e acelerar o seu processo de inserção profissional (Gonçalves, 2000).

A esmagadora maioria destes licenciados residia, antes da sua entrada na UM, nos concelhos de Braga e vizinhos, dos quais se destaca Barcelos, seguido de Vila Nova de Famalicão e Porto, o que evidencia a orientação regional da universidade. Após a entrada na universidade, há uma tendência natural para a aproximação geográfica da instituição. Mais precisamente, cerca de 85% destes diplomados residiram no concelho

de Braga durante a sua licenciatura, o que representou uma mudança de residência para 62% dos então estudantes.

Se esta análise for feita ao nível do distrito, a concentração dos estudantes por região de origem é ainda mais evidente. De entre os licenciados que declararam viver em território nacional antes de ingressarem na UM, mais de metade (54.8%) são provenientes do distrito de Braga. Seguem-se os distritos do Porto e de Viana do Castelo, de onde provêm 25.8% e 9.8% destes licenciados, respectivamente. Aveiro, Vila Real e Viseu, eram os distritos de residência de 6.4%, 2.4% e 0.8% destes licenciados antes de serem admitidos na UM, respectivamente.

2.2. Entrada na universidade

A forma mais importante de acesso à Licenciatura em Economia, adoptada por 74.6% dos indivíduos, é o ingresso após a obtenção do 12º ano numa escola secundária. Já para os restantes 25.4%, a entrada na UM ocorreu por transferência de outra licenciatura da universidade (14.3%) ou de outras universidades (11.1%).

São diversos os motivos apontados para a escolha de frequentar a Licenciatura em Economia na Universidade do Minho, sendo até frequente que dois ou mais motivos se conjuguem para explicar tal decisão. Apesar da entrada na universidade ser para muitos jovens a primeira oportunidade de abandonar a casa dos pais, este não parece ser um factor importante para estes licenciados, sendo apontado em apenas 2.4% dos casos. Para cerca de 56% destes licenciados, pelo contrário, a proximidade parece funcionar como um factor de atracção. É sabido que o facto da universidade ficar próximo da residência paterna reduz os custos de deslocação diária, para aqueles que optam por comutar continuando a viver em casa dos pais, e semanal, para os estudantes que decidem residir mais próximo da universidade, visitando a família nos fins-de-semana. Esta relevância atribuída pelos licenciados à proximidade da casa dos pais enquanto factor explicativo das escolhas contribui para o carácter marcadamente regional que o recrutamento da Licenciatura em Economia assume. Este resultado não contradiz em nada resultados obtidos em diversos estudos para outros países, e vem ao encontro de uma tendência generalizada, que se estende inclusivamente aos países do norte da Europa, para abandonos cada vez mais tardios do lar familiar.

A Economia tem recorrido diversas vezes à teoria do capital humano para explicar as decisões dos indivíduos relativamente ao grau de ensino que frequentam e às instituições de ensino e cursos que escolhem. No âmbito desta teoria, o investimento em capital humano, entendido como o conjunto de conhecimentos e competências dos indivíduos, que lhes permitem realizar tarefas produtivas com os mais diversos graus de complexidade, é realizado sempre que os indivíduos esperam vir a ser compensados com salários futuros mais elevados. Neste contexto de aquisição de competências, a qualidade da instituição de ensino assume um papel primordial, podendo funcionar também como um sinal da qualidade do capital humano adquirido, sinal esse que é transmitido aos empregadores. Os resultados deste inquérito confirmam este tipo de argumento, sobretudo no que respeita à qualidade institucional. Na verdade, quase 56% dos alunos disseram ter sido a qualidade da UM um factor decisivo na sua escolha, sendo a reputação e a qualidade da licenciatura também importantes, mas para menos estudantes (cerca de um quarto).

As escolhas educacionais como tantas outras são feitas, grande parte das vezes, em contextos de incerteza e de informação limitada, sendo por isso natural que os estudantes procurem obter informação junto dos seus familiares e amigos. Sob um ponto de vista sociológico, é até razoável que os indivíduos procurem assegurar-se de que estão a tomar a decisão correcta. Paralelamente, os familiares e amigos a frequentar a mesma instituição, ou até o mesmo curso, constituem uma fonte de informação privilegiada que não é de modo algum desprezável. Tudo isto parece explicar o facto de cerca de 18% dos licenciados ter escolhido a Licenciatura em Economia na UM por influência dos amigos e familiares que já estudavam cá, no mesmo curso, ou noutra curso.

Cerca de 21% dos alunos apontaram uma diversidade de outros factores que os assistiram na escolha da UM para estudar Economia. De entre esses outros factores, é interessante realçar que para alguns alunos (i.e., cerca de 15% dos inquiridos que apontaram outros factores para além dos listados no questionário), o facto de se tratar de uma licenciatura nova funcionou como um factor de decisão importante.

3. Percurso escolar e formação pós-licenciatura

3.1. Licenciatura

Diferentes alunos seguem trajectórias escolares diferentes, que se traduzem em diferenças não só no momento do acesso, mas também no próprio percurso académico após a entrada na universidade. Uma diferença à partida diz respeito ao estatuto de que beneficiam enquanto estudantes, que pode determinar diferenças importantes tanto no tempo dedicado ao estudo, como no acesso a períodos de avaliação suplementares. No caso destes licenciados, cerca de 92% frequentaram a licenciatura com o estatuto de alunos ordinários, apenas 6.5% foram trabalhadores-estudantes, correspondendo a parcela restante a outros estatutos (como por exemplo, o estatuto de atleta de alta competição).

Apesar de serem todos licenciados em Economia pela UM e portanto sujeitos aos mesmos métodos de ensino e conteúdos programáticos, no final da licenciatura estes indivíduos distinguem-se na qualidade do stock de capital humano que possuem, do qual a nota final de curso, as opções relativamente à formação complementar, a participação em programas de mobilidade internacional de estudantes, assim como o desenvolvimento de actividades de natureza cívica ou académica, podem ser indicadores importantes.

Quando analisada a distribuição da nota final de curso destes licenciados, identifica-se uma nota média de 13.2, com um desvio-padrão de 1.2. Por trás destes valores, escondem-se notas finais que vão desde os 11 até aos 17 valores. A grande maioria dos indivíduos, mais concretamente, cerca de 84% destes licenciados, termina a licenciatura com uma classificação final de 12, 13 ou 14 valores. Cerca de 13.5% dos inquiridos têm nota final de curso igual ou superior a 15 valores.

A formação extracurricular faz parte dos trajectos universitários de mais de 67% dos licenciados, muitos dos quais investem em formação em duas ou mais áreas. De entre aqueles que participam em pelo menos uma forma de formação complementar, cerca de 55% escolhem unidades curriculares adicionais da licenciatura em Economia, quase

53% privilegiam as línguas estrangeiras, sendo que apenas 16% fazem disciplinas de outras licenciaturas.

No que respeita à participação em programas de intercâmbio e mobilidade de estudantes, apenas 7.3% dos inquiridos confirmam a sua participação, que, em cerca de 89% dos casos, aconteceu num país da União Europeia. Apenas cerca de 33% dos participantes neste tipo de programas disseram ter beneficiado muito em matéria de conhecimentos científicos. São sobretudo o desenvolvimento de competências linguísticas e de capacidade de socialização, o conhecimento de uma cultura diferente, a aquisição de métodos de estudo e a melhoria do *curriculum* os grandes benefícios que estes indivíduos referem ter retirado da participação em tais programas.

É ainda importante salientar que uma parcela importante destes licenciados (quase 49%) desenvolveu actividades de natureza cívica e/ou académica durante a licenciatura, que, na grande maioria das vezes (78% daqueles) passou por algum tipo de intervenção no contexto do Núcleo de Alunos de Economia da Universidade do Minho (NAECUM).

3.2. Formação específica após a licenciatura

O facto da licenciatura em Economia ser uma licenciatura de banda larga, que prepara os alunos para o desempenho de um leque variado de funções, associado à necessidade de aprendizagem contínua, ao longo da vida, inerente aos novos postos de trabalho, faz do final da licenciatura o início de uma nova etapa em termos de formação, no contexto da qual muitos dos ex-alunos voltam à universidade, outros tantos recorrem às mais diversas instituições na procura de conhecimentos específicos para as profissões que desenvolvem. No caso concreto dos licenciados em Economia da UM, cerca de 54% dos licenciados voltam ao sistema de ensino, 56% dos quais fazem-no até mais do que uma vez.

A decisão de fazer um mestrado como complemento da formação da licenciatura é tomada por quase um terço dos licenciados que participaram em algum processo de formação após a conclusão da mesma; enquanto apenas cerca de 24%, frequentam uma pós-graduação. São os cursos de formação, mais curtos e quase sempre muito específicos, a que estes licenciados recorreram mais frequentemente; isto é, cerca de 62% dos licenciados estiveram ou estão inscritos num curso de formação, em áreas tão

diversas como a gestão de recursos humanos, contabilidade, auditoria, análise financeira, fiscalidade, marketing, inovação, qualidade. É ainda importante realçar que cerca de 19% dos licenciados que participam em formação pós-licenciatura voltam ao Departamento de Economia da UM, cerca de 69% dos quais fazem-no para frequentar um mestrado.

Quando questionados sobre as razões que estiveram na origem do interesse em formação complementar, quase 60% dos licenciados que fizeram formação referiram o carácter de reforço de competências e de actualização de conhecimentos na área da formação inicial. Cerca de 36% destes licenciados viram na realização de formação específica uma forma de garantir melhores condições para a sua entrada no mercado de trabalho, ao passo que cerca de 32% enveredaram por esta via para garantir a progressão na carreira.

Estes resultados demonstram que os licenciados em Economia da UM estão conscientes da relevância destes suplementos e complementos à sua licenciatura de base, uma vez que cerca de 89% afirmam o seu interesse em fazer formação contínua. Enquanto que alguns licenciados fazem depender a escolha do tipo de formação do emprego que tiverem na altura, cerca de 62% daqueles que manifestaram esta vontade estão certos de que a formação passará pela frequência de uma pós-graduação, de um mestrado ou de um MBA.

4. Percurso profissional

4.1. Entrada no mercado de trabalho

As trajectórias de inserção profissional destes licenciados são muito diversas. Enquanto alguns licenciados entram para o mercado de trabalho ainda antes da conclusão da licenciatura, há outros que experimentam períodos de desemprego uma vez terminada a licenciatura, ou que aceitam inclusivamente a realização de trabalhos não remunerados. Esta diversidade pode ser explicada pelos diferentes stocks de capital humano dos licenciados, pelo seu percurso formativo e pela sua (in)experiência profissional, pelas próprias escolhas que estes indivíduos fazem na sua transição para a

vida adulta (como é o caso do seu estado civil), ou ainda pela (in)adequação entre o seu perfil e o perfil exigido para os postos de trabalho disponíveis.

Se, por um lado, a falta de experiência dos recém-licenciados é muitas vezes referida como um dos grandes problemas na sua inserção profissional, também tem sido diversas vezes reconhecido que trabalhar e estudar em simultâneo pode dificultar a aquisição de conhecimentos, o que coloca os estudantes provenientes de famílias de baixo rendimento numa situação de desfavorecimento relativamente aos restantes estudantes. Cerca de 44% destes licenciados trabalhou, de alguma forma, durante a licenciatura, sendo a realização de trabalhos pontuais e o trabalho a tempo parcial por períodos intermitentes as duas situações mais frequentes. O motivo mais vezes apontado para esta entrada no mercado de trabalho é a vontade de adquirir autonomia financeira, que é referido em cerca de 18% dos casos, logo seguido da intenção de adquirir alguma experiência profissional, motivo apontado por cerca de 13% dos licenciados que tiveram alguma forma de trabalho durante a licenciatura.

Por seu lado, a realização de trabalhos não remunerados fez parte da trajetória de inserção profissional de um número menor de licenciados; são ao todo cerca de 19% dos inquiridos, que neste contexto desenvolveram as mais diversas actividades, desde o voluntariado até estágios não remunerados, muitas vezes na área de contabilidade e com o propósito da obtenção de licença para Técnico Oficial de Contas.¹

Os estudantes antecipam o momento da conclusão da licenciatura começando a procurar emprego antes do seu término. Por exemplo, cerca de 72% dos licenciados em Economia pela Universidade do Minho iniciam a sua procura de emprego ainda enquanto estudantes. Assim sendo, uma parcela relevante dos estudantes começa a trabalhar logo após a conclusão do curso. Em média, pouco mais de 4 meses após o início da procura, quer o tenham feito ainda enquanto estudantes, ou quer o tenham feito apenas após a conclusão da licenciatura, os licenciados em Economia da UM conseguem emprego. Os dados parecem ainda apontar para a existência de diferenças entre os indivíduos que parecem estar relacionadas com o seu desempenho escolar (ver Tabela 2).

¹ Cerca de 9% dos licenciados realizaram estágios não remunerados.

Tabela 2: Primeiro emprego – tempo médio de espera por nota de conclusão da licenciatura

Nota final de licenciatura	Tempo médio de espera (meses)
< 15	4.6
≥ 15	2.8
Total	4.3

Os meios de procura de emprego por excelência são as candidaturas espontâneas e a resposta a anúncios de jornal. Embora sendo um meio apontado por menos licenciados, familiares e amigos parecem ser uma fonte de contactos importante na procura do primeiro emprego. Em apenas cerca de 10% dos casos a ajuda institucional foi relevante nesta busca, tendo esta assumido formas diversas que vão desde a sugestão de professores, passando pelo apoio da Escola e indo até ao apoio da própria Universidade.

Não raras vezes, o processo de procura de emprego implica uma mudança de residência. Muitos estudantes procuram emprego preferencialmente na região de onde são provenientes, uma vez que é aí que dispõem de uma rede de contactos estruturada. Outras vezes, essas redes de conhecimentos foram desenvolvidas durante a frequência do ensino superior, pelo que é na região onde se localiza a universidade que procuram emprego com maior insistência. Estas diferenças podem também advir de diferenças regionais na própria estrutura de emprego. Por exemplo, um emprego no Banco de Portugal ou num Ministério obriga à mudança de residência para a região de Lisboa. As empresas multinacionais de consultoria têm, quase sempre, os seus escritórios em Lisboa e Porto, constituindo assim outro exemplo de emprego que pode obrigar a uma mudança de residência. A questão da (i)mobilidade geográfica dos licenciados é assim um factor importante, que pode inclusive ser uma das causas para o desemprego de licenciados.

O primeiro emprego significa para muitos licenciados em Economia da UM um regresso à região de origem. É interessante verificar que um pouco mais de um quinto dos licenciados encontraram o primeiro emprego no mesmo concelho onde residiam durante a licenciatura e onde frequentaram o ensino secundário. Já em cerca de um sétimo dos casos, houve mudança de residência durante a licenciatura que foi compensada por um movimento de regresso a casa na altura do primeiro emprego. A concentração em torno de Braga e dos concelhos vizinhos que caracteriza a geografia da residência destes

indivíduos enquanto alunos da UM, é agora alterada. O primeiro emprego implica muitas vezes que os licenciados se afastem de Braga e dos concelhos vizinhos. Importa ainda referir que Braga e Porto, no seu conjunto, receberam cerca de 44% destes licenciados em Economia, tornando-se assim nos concelhos que mais beneficiam do *stock* de capital humano que aqui é produzido. O afastamento relativamente à região de origem e de residência durante a licenciatura é máximo para os cerca de 6% dos licenciados que encontram o seu primeiro emprego em Lisboa.

A questão da mobilidade geográfica dos licenciados não se esgota na mobilidade dentro do território nacional. No que respeita à outra dimensão da mobilidade, a da mobilidade internacional, é interessante referir que 5% dos diplomados que responderam ao inquérito encontram o primeiro emprego fora do país.

Uma grande parte da análise económica sobre o valor do ensino superior tem-se focalizado no impacto da educação formal sobre a posição dos indivíduos no mercado de trabalho, nomeadamente sobre o seu salário. No entanto, estes estudos não consideram a existência de factores não pecuniários, isto é, usando a terminologia económica, não tomam em linha de conta a utilidade que cada trabalhador retira da sua licenciatura. Isto remete-nos para uma questão mais abrangente que é a da satisfação do licenciado com o seu emprego. Por exemplo, a percepção que o licenciado tem relativamente à adequação entre a sua licenciatura e a função que desempenha é um factor determinante da sua realização profissional e do seu grau de satisfação com o emprego. No caso particular dos licenciados em Economia da UM, apenas cerca de 16% revelaram ter ficado pouco ou nada satisfeitos com o seu primeiro emprego, o qual esteve pouco ou nada relacionado com o curso em apenas 22% dos casos.

Mas a questão da satisfação com o emprego não deve ser dissociada das características desse emprego. Em particular, o sector de actividade, o tipo de empresa, a função exercida e o próprio vínculo contratual influenciam o nível de satisfação e, conseqüentemente, podem levar (ou não) à procura de um novo emprego.

Um terço dos recém licenciados em Economia da UM encontra o seu primeiro emprego em bancos e outras instituições financeiras ou monetárias. A indústria transformadora apresenta-se como o seu segundo maior empregador na sua primeira experiência no mercado de trabalho, seguida das empresas de auditoria, consultoria e contabilidade.

São as empresas de maior dimensão (com mais de 250 trabalhadores) que empregam a grande maioria destes licenciados (quase 60%). Curiosamente, o segundo maior empregador são as empresas com menos de 100 trabalhadores, oferecendo o primeiro emprego a quase um terço dos licenciados.

Este primeiro emprego, regra geral, tem características muito próprias, sendo a precariedade do vínculo contratual uma das mais relevantes. Apenas um quarto dos licenciados conseguiu um contrato sem termo certo no seu primeiro emprego. São sobretudo contratos com uma duração definida que são oferecidos a mais de metade destes licenciados, que tanto assumem a forma de um contrato a termo certo (32.5%) como a forma de estágio profissional (21%).

Estes licenciados desempenham as mais diversas funções neste primeiro contacto com o mercado de trabalho após a licenciatura. Estas assumem algumas especificidades de acordo com o sector e a dimensão da empresa, e incluem cargos como os de gestor de conta, de analista de risco, consultor, director administrativo e financeiro, contabilista, e em outras áreas como a comercial, a da qualidade e a da fiscalidade.

Uma componente importante do desempenho destes licenciados no mercado de trabalho, directamente relacionada com a satisfação em relação ao primeiro emprego, diz respeito ao montante recebido a título de salário. A teoria do capital humano, tal como já foi referido anteriormente, entende a ida para a universidade como um investimento em competências, que deve ser realizado sempre que os custos envolvidos sejam inferiores aos benefícios daí provenientes. A diferença entre o salário obtido como licenciado e aquele que seria obtido caso a participação no ensino superior não se tivesse verificado, constitui assim um factor de decisão importante.

O salário mensal bruto de cerca de um terço dos licenciados situa-se entre os 750 e os 1000 euros, sendo que um quarto dos licenciados auferem um salário superior a 1000 euros/mês. Significa isto que quase 60% dos licenciados auferem rendimentos brutos mensais que ultrapassam os 750 euros. A comparação destes valores com o rendimento bruto médio mensal de 617 euros, auferido em 2004 pelos trabalhadores

por conta de outrem com idades entre os 22 e os 29 anos, que apenas concluíram o ensino secundário, é um argumento a favor da teoria do capital humano.²

Tabela 3: Primeiro emprego – distribuição do salário bruto mensal, por nota de conclusão da licenciatura

Escalaõ de salário	Nota de conclusão de licenciatura	
	Inferior a 15	Igual ou superior a 15
ate €250	1%	--
entre €250 e €500	10%	11.8%
entre €500 e €750	30%	23.5%
entre €750 e €1000	36%	17.7%
entre €1000 e €1250	9%	29.4%
entre €1250 e €1500	6%	--
entre €1500 e €1750	4%	--
Mais de 1750	3%	11.8%
Variável	1%	5.9%

Mas a distribuição salarial destes licenciados parece ser condicionada pelo seu desempenho escolar, tal como mostra a Tabela 3. Os alunos com melhor desempenho escolar parecem ver reconhecido o seu valor no mercado de trabalho, logo no seu primeiro emprego. O salário mensal bruto de quase 30% dos licenciados com melhores médias situa-se entre os 1000 e os 1250 euros, ao passo que o escalaõ de salário mais frequente entre os alunos com médias mais baixas é o escalaõ imediatamente anterior (entre €750 e €1000) no qual se situam cerca de 36% dos licenciados.

Regra geral, os estudantes não permanecem muito tempo no seu primeiro emprego. Mudanças de emprego estão muitas vezes associadas a aumentos salariais e o comportamento dos jovens é consistente com a teoria da pesquisa de emprego. Outra explicação muitas vezes apontada para a elevada mobilidade de emprego e grandes aumentos salariais na fase inicial das suas carreiras é a de que os retornos à experiência para os recém-chegados ao mercado de trabalho são elevados. Isto implica que as condições que o mercado de trabalho oferece a estes jovens trabalhadores se alterem após o seu primeiro emprego. Isto parece ser o que se está a passar com estes licenciados em Economia, que em 58% dos casos não permanecem no primeiro emprego.

² Fonte: MTSS (2004). O salário médio mensal de comparação foi calculado para indivíduos entre os 22 e os 29 anos de idade, por se tratar do grupo etário a que pertencem cerca de 96% dos licenciados que responderam ao inquérito.

O fim desta primeira relação contratual ocorre, em média, passados 12 meses do início do contrato. O motivo mais frequente é o fim do contrato ou estágio, tendo acontecido em quase 22% dos casos. As melhores perspectivas de carreira e a possibilidade de uma função e/ou projecto mais aliciante são os segundo e terceiro motivos para o término do primeiro contrato de trabalho.

4.2. Situação actual dos licenciados no mercado de trabalho

Esta mudança de emprego traduziu-se, algumas vezes na primeira de várias mudanças que conduziram à situação actual. À data da realização do inquérito, apenas 4.7% dos licenciados inquiridos estavam desempregados, sendo esta taxa de desemprego inferior à taxa de desemprego de licenciados, seja a nacional (6.3%), seja a da região norte (7.8%).³ Entre os empregados, a situação predominante é a de apenas um emprego, embora 5.7% dos licenciados empregados tenham revelado possuir dois ou mais empregos. A resposta a anúncios de jornal continua a constar entre os meios mais utilizados na procura do emprego actual destes licenciados, mas o meio mais utilizado de todos terá sido o contacto directo com os empregadores. Aliás, também os contactos profissionais de outros tipos se apresentam como formas de busca de emprego importantes. É ainda de realçar a perda de importância das candidaturas espontâneas.

É interessante notar que quase 5% dos inquiridos que mudaram de emprego trabalhavam fora de Portugal à data da realização do inquérito. A distribuição geográfica daqueles que ficam em território nacional apresenta algumas alterações relativamente ao emprego inicial, apontando no sentido de uma maior dispersão geográfica destes trabalhadores qualificados.

Braga e Porto continuam no topo da lista de concelhos que mais atraem os licenciados em Economia (cerca de 37% daqueles que mudaram de emprego). Mas em diversos casos, a mudança de emprego implicou a deslocação para concelhos mais distantes, como é o caso de Lisboa, para onde se mudam cerca de 6% destes licenciados, e para o arquipélago dos Açores.

³ Fonte: INE (2005).

Para aqueles que abandonaram o primeiro emprego, de modo semelhante ao que aconteceu no primeiro emprego, são as empresas com mais de 250 trabalhadores e as que têm menos de 100 trabalhadores que empregam mais licenciados em Economia: 55.4% e 35.4% dos licenciados, respectivamente. Também ao nível de sector actividade, aqueles que mudaram de emprego continuam a trabalhar sobretudo na indústria transformadora e no sector da banca, sendo que quase 46% daqueles trabalha no mesmo sector de actividade do seu primeiro emprego.

Regra geral, aqueles que mudaram de emprego viram a sua situação laboral melhorar. Exemplo disso é o facto de cerca de 42% destes terem um contrato de trabalho sem termo, isto é, têm um contrato efectivo de trabalho. Também no salário actual dos licenciados que abandonam o primeiro emprego se nota uma mudança para melhor. Na verdade, quase 64% dos licenciados auferem um salário bruto mensal situado pelo menos um escalão acima daquele em que situava o salário no seu primeiro emprego. A experiência profissional adquirida no primeiro emprego parece assim traduzir-se em remunerações mais elevadas nos empregos subsequentes.

Tabela 4: Emprego actual – distribuição do salário bruto mensal, por nota de conclusão da licenciatura

Escalão de salário	Nota de conclusão de licenciatura	
	Inferior ou igual a 14	Superior a 14
ate €250	--	--
entre €250 e €500	1.9%	9.1%
entre €500 e €750	14.8%	9.1%
entre €750 e €1000	38.9%	27.3%
entre €1000 e €1250	14.8%	9.1%
entre €1250 e €1500	11.1%	--
entre €1500 e €1750	5.6%	27.3%
Mais de 1750	9.3%	18.2%
Variável	3.7%	--

Tal como se pode concluir a partir da Tabela 4, o desempenho escolar durante a licenciatura parece continuar a condicionar o escalão de salário a que estes licenciados têm acesso. Mais uma vez se conclui que os melhores alunos acedem com mais facilidade aos escalões mais elevados de rendimento, nomeadamente, aqueles que se referem a salários líquidos mensais superiores a €1500.

Em termos globais, cerca de 79% destes licenciados estão satisfeitos, ou até muito satisfeitos, com o seu emprego actual, emprego esse que está relacionado com a

formação recebida na licenciatura em Economia da UM em 35.8% dos casos e muito relacionado para 28.4% dos licenciados.

5. Ligação entre a licenciatura e o mercado de trabalho

Atendendo à experiência no mercado de trabalho e com um melhor entendimento das competências necessárias para o seu desenvolvimento pessoal e profissional, os licenciados em Economia procederam ainda à avaliação da formação recebida em matéria de competências gerais e de competências específicas.

Dos resultados do inquérito pode constatar-se que a avaliação que estes licenciados fazem da aquisição de competências gerais no decurso da licenciatura é satisfatória, sendo que para quase todos os itens sujeitos a avaliação cerca de pelo menos 80% dos licenciados afirmaram ser muito ou suficiente o grau de desenvolvimento proporcionado pela licenciatura. Apenas nas capacidades de liderança e de comunicação em português e numa língua estrangeira tal percentagem se situa em valores inferiores aos 62%.

No que respeita à aquisição de competências específicas, o panorama geral não é muito diferente deste. De acordo com cerca de pelo menos 75% dos licenciados, o curso de Economia da UM favoreceu muito ou de modo suficiente o desenvolvimento de capacidades de abstracção, de raciocínio dedutivo e indutivo, de recolha e análise de dados, de comunicação de resultados, de pensar criticamente, e de tirar conclusões de política económica.

A Licenciatura em Economia da UM, organizada, desde a sua génese, em quatro anos lectivos, foi pensada de forma a fornecer a melhor formação possível nas áreas da teoria económica e dos métodos quantitativos em que se baseiam os estudos necessários à tomada de decisões económicas. Ainda assim, estes licenciados referem algumas lacunas na sua formação, mais concretamente na oferta de unidades disciplinares da área de Gestão.

Apesar de dessas lacunas, o grau de satisfação geral com a Licenciatura em Economia da Universidade do Minho parece ser elevado. A atestá-lo está o facto de mais de três quartos destes licenciados afirmarem que voltariam a escolher uma Licenciatura em Economia, dos quais, também mais de três quartos voltariam a fazê-la na UM.

6. Considerações finais

Apesar da conjuntura económica dos últimos anos e do aumento daquilo que por vezes se chama de ‘desemprego de transição’, os licenciados em Economia da UM, regra geral, fazem percursos de transição para o mercado de trabalho bem sucedidos. Processos de inserção profissional rápidos, exercício de funções com ligação à sua licenciatura, remunerações iniciais superiores às auferidas pelos que se ficam pelo diploma do ensino secundário, caracterizam os processos de transição para o mercado de trabalho destes licenciados da Universidade do Minho. A primeira relação profissional não é, no entanto, a óptima para muitos licenciados, que assim se vêm obrigados a mudar de emprego. Tais mudanças resultam, em grande parte das vezes, em salários mais elevados e menor precariedade do vínculo contratual. Importa ainda salientar que a avaliação que os licenciados fazem da formação recebida, assim como o próprio processo de inserção profissional são influenciados por diversos factores, dos quais se destaca o papel importante que o desempenho escolar pode ter.

O bom desempenho no mercado de trabalho dos licenciados em Economia da UM dever ser motivo de satisfação para todos quantos de alguma forma têm estado associados a esta licenciatura. Não devemos, no entanto, desvalorizar o facto da diversidade de trajectórias de transição para o mercado de trabalho resultar por vezes, ainda que em minoria, em percursos de inserção profissional mais complexos e demorados, o que chama a Universidade do Minho para o desempenho de um novo papel, um papel activo no sentido de facilitar a transição dos seus licenciados para o mercado de trabalho.

Esta é também a opinião de diversos licenciados que aproveitaram a parte final do questionário para fazer sugestões e comentários sobre a sua licenciatura. Regra geral a apreciação da licenciatura é positiva, o que não invalida que sejam feitas sugestões de melhoria. A necessidade de um gabinete de apoio ao estudante na sua transição para o mercado de trabalho apresenta-se como a mais mencionada, aparecendo, por vezes, associada à sugestão de realização de estágios durante a licenciatura. Interessante é ainda o facto de alguns licenciados sugerirem o contacto entre alunos antigos e actuais para troca de experiências e informações.

Apesar de poderem ser tiradas importantes ilações dos resultados deste inquérito, a apreciação crítica da licenciatura em Economia da UM não se esgota nas opiniões

manifestadas por estes licenciados. Antes de mais importa salientar que a continuidade é decisiva, sendo por isso fundamental que o inquérito se repita com regularidade. Só assim é que a informação poderá ser actualizada e as acções específicas reorientadas sempre que necessário. É também importante que todos os interessados no curso sejam ouvidos, pelo que este inquérito aos licenciados deverá ser complementado com outros inquéritos, nomeadamente junto dos actuais alunos e junto das entidades empregadoras. O primeiro está já ser elaborado. Quanto ao segundo espera-se a breve termo iniciar a sua preparação. Estes estudos desenvolvidos ao nível da Direcção da Licenciatura e da Direcção do Departamento de Economia devem, no entanto, ser enquadrados em acções mais gerais, transversais a todos os projectos de ensino da universidade.

Referências

Eurydice (2000) *Two decades of reform in higher education in Europe: 1980 onwards*. Eurydice, disponível em: www.eurydice.org.

Gonçalves A (2000) “A insustentável leveza da origem social. A inserção profissional dos licenciados da Universidade do Minho segundo o grau de instrução dos pais.” *Revista Portuguesa de Educação* 13(2): 157-174.

INE, Instituto Nacional de Estatística (2005) *Estatísticas do Emprego*.

MTSS, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2004) *Quadros de Pessoal*. Dados em suporte electrónico.